



BAHIA

Lei Anticalote: 30 MILHÕES SALVOS. 4.030 VIGILANTES COM SEU DINHEIRO NO BOLSO

A lei estadual (12.949/14) e a Instruções Normativas Federais MPOG nº 03/.... (anticalote estadual e federal) garantiram o repasse (via Sindicato ou via contratante, sem passar pela empresa) para 4.030 vigilantes, exatamente R\$ 30.543.034,53 de agosto de 2016 a maio de 2019. A Bahia é um dos 3 únicos estados que possuem lei anticalote e a Instrução Normativa Federal que foi conquistada no governo Lula. Imaginem esta grana toda na mão de patrões caloteiros. Entenderam porque defendemos você vigilante. As empresas perderam o contrato, demitiram e o dinheiro foi pago com os recursos retidos. Alguns via cheque ou depósito do Sindicato (Mjr/Sesab, Vipac/BB), outros com pagamento direto do contratante (Vipac/Caixa e EGBA, Mjr/SJDHDS,

APLICAÇÃO DA LEI ANTICALOTE				
VALORES E QUANTIDADES DE TRABALHADORES/CONTRATOS - 2016/2019				
EMPRESA	CONTRANTE	TOTAL PAGO RESCISÕES	Nº DE TRABALHADORES	ANO
MJR	FUNCEB	R\$ 972.981,43	90	2016
VIPAC	SECULT	R\$ 927.687,72	123	2016
VIPAC	EBAL	R\$ 112.873,10	17	2016
ATENTO	SECULT	R\$ 71.438,06	20	2017
JAVA	FUNDAÇÃO PEDRO CALMON	R\$ 490.671,11	59	2017
MJR	FUNDAC	R\$ 612.425,65	120	2017
VIPAC	CAIXA ECONÔMICA	R\$ 7.800.000,00	1100	2017
VIPAC	CERB	R\$ 675.114,90	118	2018
MJR	SEPLAN	R\$ 211.318,31	24	2018
MJR	SESAB/SAÚDE	R\$ 8.901.372,33	1018	2018
MJR	SJDHS	R\$ 1.334.683,21	200	2018
MJR	PREF. DE CAMAÇARI	R\$ 2.600.000,00	444	2018
VIPAC	BANCO DO BRASIL - LT 04	R\$ 1.396.974,61	168	2018
VIPAC	INFRAERO	R\$ 552.337,28	95	2018
VIPAC	EGBA	R\$ 230.000,00	19	2018
MJR	SUDES	R\$ 31.919,78	7	2018
SAVANA	SETRE	R\$ 572.237,04	64	2018
VIPAC	BANCO DO BRASIL - LTS 02 e 06	R\$ 3.049.000,00	344	2019
TOTAL		R\$ 30.543.034,53	4.030	

etc.). Para a grande maioria dos vigilantes esta lei foi à garantia de conseguir uma vida melhor (casa, carro, estudo para os filhos, etc.). Abram os olhos, há nos bastidores patrões e pelegos tramando para acabar com a lei e deixar o nosso dinheiro para “capital de giro” dos caloteiros. Sindicato na mão de patrão. NÃO Fonte:

Sindvigilantes/BA

Sindicato dos Vigilantes realiza ato em frente ao BRB contra possível futuro calote da Soberana



Sindicato convocou o ato público e distribuiu aos usuários e bancários um panfleto explicando as razões do evento.

Na manhã desta segunda, 15/07, mais de 60 vigilantes do contrato Visan, que prestam serviço no BRB, participaram de ato público em frente ao Edifício sede do Banco de Brasília (BRB), pois temem que a vencedora da licitação, Pregão Edital 19/2019, a empresa Soberana adote as mesmas práticas que vem adotando em outros órgãos públicos, como atraso constante de salário e no caso dos vigilantes da Câmara, estes tiveram que entrar na justiça pela multa dos 40% do FGTS. A empresa também faz descontos nos salários dos vigilantes e não repassa a quem de direito.

Diante desses inúmeros calotes e atrasos de salários, os vigilantes do BRB, contrato Visan, ficaram muito preocupados de, no futuro, serem vítimas também da empresa Soberana. Por isso, o Sindicato convocou o ato público e distribuiu aos usuários e bancários um panfleto explicando as razões do evento em frente ao

Ed. Sede do Banco de Brasília.

A direção do Sindicato participou de uma reunião com a direção do Banco e nos foi informado que a licitação ainda não foi concluída e que tem três recursos de outras empresas para serem respondidos. O Sindicato vai acompanhar atentamente o desenrolar dessa licitação, sempre buscando resguardar o emprego e os direitos dos vigilantes.

Agradecemos a presença dos vigilantes que compareceram ao Ato Público, dando visibilidade ao mesmo e mostrando que somente com participação e mobilização temos um resultado positivo, que foi sermos recebidos pela direção do BRB.

Parabéns aos participantes que compreendem o momento e a necessidade de lutar.

Fonte: SINDESV/DF

NOTA: a importância da Vigilância Patrimonial



Nesta sexta-feira (12), a Prefeitura de Cariacica inaugura o Centro de Esporte, localizado entre os bairros Itacibá e Nova Brasília. Um equipamento público de 7.000 m², com um ginásio poliesportivo para prática de diversas modalidades e área de apoio administrativo. Um espaço para promoção do esporte às crianças, aos jovens e aos adultos. Nessa construção foram investidos milhões de dinheiro público.

Até o momento, o SINDSEG/GV-ES desconhece a contratação de Vigilância Patrimonial para atuar no novo espaço esportivo. O investimento precisa ser preservado! Infelizmente crimes de vandalismo e de depredação de patrimônio público são corriqueiros em nossa sociedade. Portanto, o serviço da vigilância patrimonial é

fundamental para proteção do bem público.

O SINDSEG ressalta ao poder Executivo municipal de Cariacica a importância da contratação dos profissionais de segurança e solicita o apoio da população neste pedido por mais vigilância nos espaços públicos, afinal o dinheiro investido em bens públicos é do contribuinte e precisa ser preservado!

#Vigilância

#Preservação do Patrimônio

Fonte: SINDSEG GV ES

Bancários são surpreendidos com o fim da CCASP

Governo federal acaba com conselho através de decreto



A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), junto a representantes das federações, participou nesta quarta-feira (10) de reunião na DICOF, departamento da Polícia Federal (PF) que regulamenta a atuação da segurança privada no país.

Já no local, para surpresa dos presentes, foi informado a extinção – por decreto do atual governo – do Conselho Consultivo para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), instância tripartite criada no governo democrático popular, que apesar de não ser deliberativa, era uma instância que permitia representação e inclusão de pautas de interesses dos trabalhadores.

Para o coordenador do Coletivo de Segurança Bancária da Contraf-CUT, Elias Jordão, que fez coro às demais entidades ao lamentar o fim do CCASP, esta iniciativa se soma a todo o desmonte em curso das instâncias que dão voz aos trabalhadores e suas representações e que precisa ser revista.

Segundo os representantes da PF, o fim do

CCASP se deu na esteira de um decreto do presidente Bolsonaro que extinguiu vários conselhos tripartites alegando corte de custos ou desimportância destes conselhos. “Este conselho discute o tema mais importante da sociedade que é a segurança e a vida das pessoas e o custo são das entidades participantes”, lembrou Jordão.

Ainda segundo os representantes da PF, o governo havia pedido dados do conselho, o que gerou expectativas da própria PF de continuidade, mas diferentemente de alguns outros conselhos que foram retomados, a CCASP foi finalizada por decreto, com proposta de criação de um outro conselho em outro formato por Projeto de Lei, o que além de demorar, deve ter um controle maior do governo.

Todas as entidades presentes além de manifestarem seu repúdio, defenderam a necessidade de enviar um documento em conjunto cobrando o reestabelecimento de um novo conselho com participação mais ampla dos trabalhadores e da sociedade.

Fonte: CONTRAF

Relator da MP da ‘liberdade econômica’ cria ‘contratação anti-crise’ e quer suspender acordos coletivos

Em nova investida contra direitos sociais, senador pretende derrubar normas que regulam jornada de trabalho e tornar Cipas opção do empregador. “Efeitos graves no mundo do trabalho”, afirmam entidades



Senador Berger preside sessão da comissão mista que aprovou relatório de Goergen (ao centro), criticado por juízes, advogados e fiscais

Depois da Lei 13.467, que mudou as regras trabalhistas, e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6, de “reforma” da Previdência, que avançou ontem (11) na Câmara, o Congresso prepara mais uma investida contra direitos sociais. O relatório do deputado Jeronimo Goergen (PP-RS) para a Medida Provisória (MP) 881, da “liberdade econômica”, está sendo visto por entidades da magistratura e da advocacia como uma “mini-reforma trabalhista”. Por isso, pediram adiamento da votação da MP na comissão mista que discute o tema. Não

adiantou: o colegiado aprovou o relatório nesta quinta-feira (11). Agora, o projeto de lei de conversão (criado quando um MP é alterada no parlamento) precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado.

As mudanças feitas pelo relator têm “efeitos graves no mundo do trabalho”, afirmam a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e a Associação Brasileira dos

Advogados Trabalhistas (Abrat), que pediram ao presidente da comissão, senador Dário Berger (MDB-SC), que suspendesse a votação. “Trata-se de uma minirreforma trabalhista, propondo alterações normativas preocupantes e de grande impacto social, o que denota a importância de se aprofundar o debate sobre o tema, inclusive com a abertura de apresentação de propostas pela própria sociedade”, diz a presidenta da Anamatra, Noemia Garcia Porto.

As entidades sustentam que o texto original do Executivo, que visa a facilitar as regras para a livre iniciativa, foi alterado substancialmente pelo relator. E acrescentam que o projeto de lei de conversão é inconstitucional, considerando que julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sobre emenda de conteúdo temático diferente do proposto originalmente.

“As regras constitucionais estão absolutamente atreladas à dignidade da pessoa humana e qualquer alteração que vise a livre iniciativa deve se dar por causa da garantia dessa dignidade e não da garantia tão e somente da ordem econômica como vem estampado no texto, que elimina regras de segurança e saúde no trabalho”, dizem as associações. Elas citam, por exemplo, a criação de regimes especiais de contratação suspendendo acordos coletivos que vedam trabalho aos finais de semana, além de normas da CLT sobre jornadas especiais de trabalho, como a dos bancários.

Regime especial

O relatório prevê a criação de um “regime especial de contratação anti-crise”. O objetivo seria suspender normas que restrinjam a criação de empregos. Sob esse argumento, prevê suspender “leis e atos normativos infralegais, incluindo acordos e convenções coletivas”, que proíbem o trabalho em fins de semana e feriados. Esse regime duraria até que o IBGE divulgue “relatório” – na verdade, o instituto realiza pesquisas – apontando

menos de 5 milhões de desempregados por pelo 12 meses consecutivos. Como isso nunca aconteceu nem nos melhores momentos da economia, o “regime especial” imaginado pelo senador se tornaria permanente, na prática.

A menor taxa de desemprego registrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, foi de 6,2%, no último trimestre de 2013 – a recente série histórica é a partir do ano anterior. A Pnad não é comparável à Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que o instituto realizava anteriormente e abrangia apenas seis regiões metropolitanas. Já a menor média histórica anual da Pnad Contínua, referente a 2014, aponta 6,743 milhões de desempregados, ainda bem longe da “meta” fixada pelo senador.

Em outra parte do relatório, ao empregador cabe a decisão de constituir, ou não, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). “Em um país que registra, de acordo com estatísticas oficiais, uma morte por acidente em serviço a cada três horas e 43 minutos, é inaceitável. Não se trata de uma questão econômica, mas sim de saúde pública”, afirma a presidenta da Anamatra.

“Não creio que o liberalismo econômico seja a saída para as grandes crises que vivemos. O incentivo a micro e pequenas empresas sem dúvida é um avanço. Mas a medida provisória faz uma nova reforma trabalhista. Na verdade, tira-se mais direitos. Eu não entendo como a micro e a pequena empresa vão crescer com uma população desempregada e sem salário. Quem vai comprar da micro e pequena empresa?”, questionou o deputado Ênio Verri (PT-PR), de acordo com a Agência Senado. Segundo o relator, é “inteiramente falso” dizer que a liberdade econômica reduz direitos.

Fonte: RBA

A Terceirização no Serviço Público e o Estrangulamento das Universidades Federais Pelo Governo Bolsonaro



Graça Druck*

É de conhecimento público, a decisão do Governo Bolsonaro e do seu Ministro da Educação, formalizada junto aos Reitores das Universidades e Institutos Federais, de cortes dos recursos destinados a estas instituições. Segundo nota do Reitor João Carlos Salles, de 3 de junho de 2019, disponível no site da UFBA, “estão contingenciados (ou seja, o crédito está disponível, mas o limite para o empenho de faturas não foi liberado) cerca de 48,2 milhões em custeio e 3,9 milhões em investimento. E estão bloqueados (ou seja, o próprio crédito está indisponível) cerca de 48,4 milhões em custeio e 5,8 milhões em investimento. Uma situação inédita na história das universidades, que “pode levar à interrupção das atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão.” Nessa mesma nota, era informado que “...fornecedores já temem a interrupção de contratos continuados de prestação de serviços e, por esse receio, dificultam a gestão dos contratos, o que nos tem levado a um permanente esforço por respeitar

e garantir as obrigações contratuais vigentes.”

Tal decisão gerou protestos em todo o país. Milhões de pessoas foram às ruas em duas manifestações recentes. A maior parte da mídia brasileira se posicionou contrária a essa medida, divulgando matérias e programas especiais sobre a importância das universidades públicas, de suas pesquisas e atividades de extensão. Vários encaminhamentos judiciais e políticos foram feitos. Fóruns e Frentes reunindo universidades, parlamento e instituições da sociedade civil foram constituídos.

Entretanto, até o momento não houve recuo do MEC. Os primeiros dramáticos resultados já apareceram. E não podia ser em outro lugar; o efeito nocivo dos cortes chegou aos segmentos mais vulneráveis e precarizados da Universidade: os trabalhadores terceirizados. O pagamento dos serviços terceirizados representa aproximadamente 60% das verbas de custeio da universidade. Diante da indisponibilidade dos recursos, as empresas prestadoras de serviços a exemplo da Liderança Serviços, da área de limpeza, que reúne o maior número de trabalhadores - 531 num total de 2.036 trabalhando na UFBA (dados de abril/2018), já começou a demitir. A empresa justifica as demissões, responsabilizando a UFBA, pela falta de repasse dos recursos. Essa é uma das perversidades da terceirização. Pois essas empresas são intermediadoras de mão-de-obra. “Vendem” força de trabalho e seu lucro vem todo daí. No caso da empresa Liderança, com sede em Santa Catarina, segundo informações no site: “Seus recursos humanos somam mais de 23.000 colaboradores muito bem treinados e constantemente reciclados. Hoje, graças à qualidade e empenho crescente de sua equipe,

a Liderança atravessou fronteiras e está presente em mais de 15 estados brasileiros.” O que atesta que a empresa não “sobrevive” da prestação de serviços à UFBA.

Embora os serviços de limpeza, portaria e vigilância sejam considerados secundários, acessórios ou periféricos (como atividades-meio), a experiência concreta nas universidades mostra que são indispensáveis para o seu funcionamento. Não há como manter o ensino, a pesquisa, a administração, os hospitais universitários, ou seja, o conjunto das atividades, sem limpeza, portaria ou vigilância, por exemplo. São atividades permanentes. E sem elas, a Universidade se inviabiliza.

E o Ministério de Educação sabe disso. E, de forma jocosa e desrespeitosa, o atual Ministro em reunião com reitores e membros da bancada parlamentar do Rio Grande do Norte, quando questionado sobre a falta de recursos para o pagamento do serviço de limpeza na Ufersa, UFRN e IFRN, sugeriu que “se chamasse o CA e o DCE”, que representa os alunos, para fazer os serviços. Sugestão que se justifica pela posição do Ministro de que as universidades públicas só fazem “balbúrdia”.

A “balbúrdia” das universidades públicas brasileiras se expressa em que 95% da produção científica no país é feita nelas, segundo a Academia Brasileira de Ciências. E mais de 90% das pesquisas em todas as áreas do conhecimento são realizadas nessas universidades e não nas instituições privadas. A UFBA, especificamente, foi classificada entre as 200 melhores universidades jovens (criadas entre 1945 e 1967) do mundo, e é a quarta melhor do país nessa categoria, segundo o ranking da revista britânica Times Higher Education.

As ações do MEC e do atual governo estão comprometendo essa importância da Universidade pública para o desenvolvimento do país. Além dos cortes de bolsas de pesquisa e de pós-graduação, o bloqueio e contingenciamento de verbas de custeio e investimentos visam o estrangulamento das universidades federais.

Em pesquisa realizada em 2015 sediada no

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Centro de Estudos Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA), se revelou que o tempo de trabalho dos terceirizados na UFBA é longo. As empresas vão, mas eles ficam. É prática comum, a pedido da universidade, a permanência dos trabalhadores contratados pela nova empresa. Por isso, existem trabalhadores terceirizados com 10, 20 e até 30 anos de trabalho na UFBA, mas que passaram por até 11 empresas prestadoras de serviços. É como se fossem, de fato, do quadro permanente da Universidade, sem o ser, já que não são funcionários públicos. E são esses trabalhadores hoje que estão sendo demitidos.

A vulnerabilidade permanente desses trabalhadores, sem representação sindical na UFBA, agrava-se sobremaneira com os cortes dos recursos pelo MEC. Iniciativas solidárias estão sendo tomadas em diversas unidades da UFBA, buscando dialogar com a Administração Central da Universidade, para que se encontre encaminhamentos para minorar o sofrimento desses trabalhadores. A situação é grave, pois a autonomia financeira da Universidade é quase nula, e conforme demonstrado pelas ações do governo, depende da liberação dos recursos que lhe foram destinados pelo orçamento da União. Se o quadro permanecer, o MEC e o atual governo, de forma irresponsável, estarão contribuindo para aumentar o alto índice de desemprego na região, assim como para inviabilizar o pleno funcionamento da Universidade.

**Graça Druck - Professora titular da Faculdade de Filosofia e C. Humanas/UFBA. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA) e Bolsista produtividade do CNPq, estudiosa da terceirização no setor público e privado. Autora do livro Terceirização (des)fordizando a fábrica (Boitempo/Edfuba) e co-organizadora do livro: A Perda da Razão Social do Trabalho: Terceirização e Precarização (Boitempo). Colaboradora do NEC/Faculdade de Economia/UFBA.*

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF